

**ATMOSFERA EMPREENDEDORA FEMININA EM SANTA CRUZ DO
CAPIBARIBE: a indústria de confecções no Agreste de Pernambuco entre avanços e
fragilidades**

Adelmo Teotônio da Silva¹
Adriana Maria de Oliveira²

Resumo: Fruto de um conjunto de abordagens econômicas, sistêmicas sobre o território do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, este estudo estabelece uma conexão com o potencial criativo e empreendedor de mulheres, que permeia o seu ambiente de riqueza histórica e cultural. Por sua amplitude de enfrentamento das intempéries do mercado de trabalho do ramo de vestuário, a pesquisa pretende ampliar a discussão sobre estratégias para políticas públicas favoráveis à valorização das mulheres nesse espaço. Da perspicácia para o atual progresso do município de Santa Cruz do Capibaribe, sinônimo de oportunidades, são recorrentes os gargalos que fragilizam a população feminina, composta em sua maioria por costureiras. Por trazer novas reflexões sobre o empreendedorismo feminino e enfatizar as condições de trabalho na “Indústria da Sulanca”, favorece um novo olhar para as questões de igualdade de gênero, de cidadania no mundo dos negócios e nas relações humanas.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino. Indústria da Sulanca. Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Santa Cruz do Capibaribe.

¹ Graduado em Tecnologia em Marketing (Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP); Licenciado em Letras - Língua Portuguesa (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); Bacharelado em Biblioteconomia (Claretiano Centro Universitário).

² Bacharel em Administração (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA).

1 Introdução

Pensar o papel da mulher na sociedade é entender o grande salto de conquista e luta por inserção, valorização e igualdade de gênero. Nessa construção, mudanças nas relações no mercado de trabalho sinalizam o quanto cada vez mais a visão estigmatizada de mulheres como cuidadoras, donas de casa, esposas, mães tem se transformado. No campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos (SILVA e SANTOS, 2009), está o seu empoderamento.

No contexto de uma cidade no Agreste pernambucano, Santa Cruz do Capibaribe, o ofício de costurar, disseminado entre seus atores sociais, tem como alicerce a força produtiva de mulheres voltadas para a confecção do vestuário. De uma comercialização artesanal, costumeiramente chamada de Feira da “Sulanca”, em seus primórdios no chão das ruas da cidade, as costureiras são protagonistas que têm alargado os horizontes de uma região berço do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções.

Este trabalho traz, em sua essência, a busca da superação da fragilidade imposta pela sociedade patriarcal, no cenário histórico da formação econômica de Santa Cruz do Capibaribe. Apesar dos principais aspectos que conduzem essa localidade a um status de potência regional econômica, muito ainda precisa ser pensado no que se refere, principalmente, ao teor de políticas de incentivo para a criação de negócios pelas mulheres, dadas às vulnerabilidades de políticas públicas trabalhistas.

A pesquisa traz em seu escopo uma abordagem metodológica de trabalho de campo etnográfico, sob o olhar do levantamento de dados coletados junto à Coordenadoria da Mulher de Santa Cruz do Capibaribe e órgãos públicos, entre outros estudos que vinculam as gerações de mulheres impulsionadoras de uma veia empreendedora impregnada nessa comunidade. Evidenciou-se, pois, o papel significativo de registros que são sinônimos da coletividade, do impulso de persistência, disciplina e da visão de negócio.

2 O pioneirismo feminino: elo de vocação empreendedora no Agreste de Pernambuco

Com as mudanças nas relações de trabalho, os indivíduos passam a vivenciar uma “revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX” (TIMMONS, 1990 apud DOLABELA, 2008, p. 38): o empreendedorismo. Desde a primeira ação humana inovadora, com o objetivo de melhorar as relações dos homens entre si e com a natureza, que o indivíduo é empreendedor.

Para Bom Ângelo (2003):

(...) a raiz da palavra tem cerca de 800 anos, derivado do verbo francês *entreprendre* o qual significa fazer algo ou empreender. O significado etimológico é representado pela soma do *entre*, do latim *inter*, que designa espaço que vai de um lugar a outro, ação mútua, reciprocidade e interação, além do *pendre*, do latim *prehendere*, que significa tomar posse, utilizar, empregar, tomar atitude.

A partir do final do século XVII, movido pelo risco de criar um novo empreendimento, o empreendedor passa a designar um agente de transformação, iniciativa, imaginação fértil, para conceber ideias e transformá-las em negócio. Conforme Pérez (2005), “(...) o empreendedor é como o artista, o músico, o desportista, tem uma série de características

congénitas, se ninguém as descobre e potencia, provavelmente não servem de nada.”. Assim, o empreendedorismo é um ato comportamental, de criatividade, que, adequadamente impulsionado, traz o aproveitamento integral do potencial humano.

Figura 1: Costureiras pioneiras nos anos 70: símbolo da força empreendedora de Santa Cruz do Capibaribe-PE



Fonte: José Romildo Bezerra (s.d.).

Nesse espírito motivador, a força de vontade feminina ao encontrar uma oportunidade de negócio em um ambiente antes inexplorado, a calçada de uma rua no centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe está aliada ao crescimento de uma pujante indústria têxtil, uma vez que:

(...) a atividade de costurar, tida como característica feminina, desenvolvida no âmbito da pequena e micro empresa familiar, funciona como pilar principal de sustentação, assim elas utilizaram essa “habilidade feminina” como alternativa econômica para sobreviver, e transferiram sua capacidade de administrar o lar para administração das pequenas fábricas domésticas (PEREIRA, 2004 apud MELO, 2009, p. 40).

Desde a sua fase inicial, a indústria de confecções se caracteriza pelo envolvimento e constituição de uma base familiar, com a distribuição de seus membros em várias atividades da produção. É no espaço da feira, fundamental para a manutenção da condição “livre” do trabalho (GARCIA JUNIOR, 1983), que as costureiras tiveram a possibilidade de comercializar a própria produção. E nesse movimento, coexistiu, desde a sua base, “(...) um sentimento de comunidade, por meio do qual os membros da organização se unem, e aprendem a acreditar e a cuidar uns dos outros.” (GRZYBOVSKI; BOSCARIN; MIGOTT, 2002).

A bandeira de luta pela inserção social, aliada à proatividade e criatividade, são pilares do protagonismo feminino, por derrubar fronteiras e desfazer preconceitos. A indústria da

confeção em Santa Cruz do Capibaribe trouxe mudanças significativas nos modos de se conceber as relações profissionais, provocando, significativamente, uma ruptura da estrutura de dominação simbólica masculina.

Justamente por esse engajamento que, desde o final dos anos 1940, as mulheres desse território que compravam retalhos de tecidos trazidos de São Paulo, despertaram para um fenômeno produtivo/comercial que fez emergir a “Indústria da Sulanca”:

(...) um caso particularmente interessante do processo de industrialização do Nordeste, pelo seu caráter espontâneo e autônomo, e que surgiu no auge – e à margem – da política de incentivo oficial à indústria proporcionado pelo Fundo de Industrialização do Nordeste (Finor), administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). (DUARTE e FUSCO, 2008, p. 338).

O fomento à vocação econômica promoveu uma interseção de saberes, em meio à divisão sexual existente nessa economia de confecções. Por isso, revela-se que em conjunto ao empenho das mulheres, os homens participam também da produção ou da venda, o que nos faz notar que longe de ser um privilégio das mulheres, mesmo com o típico estereótipo de resistências, todas as pessoas estão envolvidas no processo (BEZERRA, 2011).

3 De berço de oportunidades ao status de fragilidade: o Polo de Confecções

O Agreste de Pernambuco, desde os seus tempos mais remotos, evoluiu em meio às dificuldades geográficas, climáticas, tornando-se um espaço muito além das atividades primárias e suas cidades, atualmente, são exemplos de empreendedorismo regional e referência para todo o Brasil (BEZERRA, 2004). Por concentrar em seu território o Polo de Confecções como um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais, direcionado para um conjunto específico de atividades econômicas (LASTRES e CASSIOLATO, 2005) voltadas para a indústria têxtil, faz parte de um Arranjo Produtivo Local (APL).

Figura 2: Evolução das relações comerciais em Santa Cruz do Capibaribe: das ruas do centro ao Moda Center Santa Cruz (maior centro atacadista de confecções do Brasil)



Fonte: Guaraci Baldi (2005, 2009).

Diante das transformações pelas quais esse ambiente tem sofrido, houve uma regionalização desse setor e a criação de empreendimentos informais, diretos e indiretos. Nota-se que ocorre uma lógica de trabalho flexível entre seus atores sociais, mas, ao mesmo

tempo, instável e recheado de precariedades, seja no quesito da exploração da força trabalhista, seja pelas condições de produção e infraestrutura.

Com esse cenário, há uma forte regressão dos direitos sociais e sucateamento das políticas de proteção social para os trabalhadores do Polo. É uma realidade dependente do capital globalizado, marcada pelos impactos degradantes de suas condições de vida e fragilização do poder político e reivindicatório. Acaba sendo uma realidade de contradições, em que há um grande abismo entre o discurso ideológico dessa região e sua materialização, devido ao fato de muito viver para trabalhar.

Além disso, a demanda pela cadeia produtiva de confecção e comercialização de peças de vestuário provoca uma expansão desse setor no entorno de cidades da região, como Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Surubim, Agrestina, Belo Jardim, Santa Maria do Cambucá, Casinhas, entre outras. Em garagens, terraços ou até mesmo dentro das residências, máquinas de costura e pilhas de peças dividem espaços com a rotina dos moradores.

Figura 3: Representatividade feminina e informalidade em fabricos (unidades produtivas de confecção instaladas em espaços domésticos, desde os anos 80) em Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Arnaldo Vitorino/acervo pessoal (s.d.).

Apesar do ritmo frenético de trabalho, existe uma crescente informalidade das unidades produtivas (LIMA, 2009), revelando um perfil de população que sofre com o desrespeito aos seus direitos trabalhistas e sociais, em um constante sentimento de desproteção. Isso nos revela,

Ao lado de algumas confecções e facções formais, que empregam mão de obra local, [...] um sem número de pequenos fabricos de estrutura familiar que se dedicam diuturnamente a uma jornada de trabalho extenuante, do tipo que Marx chamou de trabalho alienante. São trabalhadores que, em busca de uma vida melhor se consomem no desempenho de tarefas, tendo olhos apenas para fitar o tecido e o ponto da máquina de costura e ouvidos para o ruído das máquinas e o som da rádio

comunitária que os mantêm ligados ao mundo que os cerca (MARX, 2001; SANTOS, 2006 apud SANTOS; CARNEIRO, AUGUSTO, 2009).

Como a representatividade política dos trabalhadores é bastante fragilizada, pela inexistência de associativismo e cooperativas, a fragmentação da produção gera um incentivo maior ao empreendedorismo e ao exercício autônomo de atividades. Além disso, a onda de instabilidade do emprego ocasiona uma imensa população flutuante nesse território, que diariamente atrai pessoas de outras cidades para residir e/ou trabalhar.

4 Enfrentamentos da precarização da força produtiva feminina: políticas públicas em prol da equidade

Quando inserimos essa discussão no âmbito das relações existentes em torno do percurso de participação das costureiras, em Santa Cruz do Capibaribe, pode-se afirmar que é ainda incipiente essa conjuntura política de gênero, diante da natureza enraizada ao patriarca que impregna seus espaços sociais. Pela forma descontinuada de ações e melhorias para a mulher, seja para “tentar estabelecer-se por conta própria, abrir uma pequena confecção, ter um ateliê de costura, montar uma ‘oficina’” (ABREU, 1986, p. 222), reconhecemos as lacunas para as dimensões que explicitam a sua identidade: gênero e ocupação social.

Nesse viés, no cerne da questão, é fundamental discutir o que Bandeira (2005, p. 47) nos alerta:

As políticas públicas, no Brasil, em geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos [...].

Então, os rumos das políticas sociais no país sofrem com o processo histórico constituído de uma cultura marcadamente machista, neoliberal, cujas tensões de gênero problematizam ainda mais as diferenças sexuais e seus significados que são atribuídos. Entre os entraves para sua participação igualitária no mercado de trabalho nota-se ainda a limitação aos cuidados com o espaço domiciliar.

Cabe ressaltar que a responsabilidade por conciliar a vida laboral, pessoal e familiar trata-se de uma ação, principalmente do Estado, por meio da definição de políticas sociais. É preciso repensar programas que promovam a autonomia econômica e financeira das mulheres, desde a capacitação técnica e gerencial até projetos de geração de renda, na atmosfera da lógica por uma economia solidária.

Observa-se que nortear mecanismos governamentais para o alcance mais equânime das relações de gênero e trabalho é um dos pilares para reduzir os estigmas em torno da força produtiva feminina. Espera-se ir além de uma visão dicotômica, que ainda insiste em atribuir às mulheres o papel de cuidadoras, enquanto aos homens prevalece o papel de provedores. Com a finalidade de reafirmar a promoção da igualdade de gênero, o Brasil pode tomar como referência os princípios elencados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), que desde os anos 80, tem tornado favorável a inclusão de diretrizes para o combate aos estereótipos culturais acerca da mulher como força de trabalho secundária.

A crítica é contundente ao assinalar o que os relatórios da OCDE evidenciaram quanto à figura feminina, por “não está em condições de constituir mão-de-obra permanente, o que influi para que continue sendo considerada como uma fração não-essencial e secundária do mercado de trabalho” (OCDE, 1991). É alarmante, por sua vez, o efeito negativo que decorre, ao longo das décadas, sobre o acesso das mulheres a programas e estratégias no conjunto de políticas públicas em que a equidade de gênero paute-se como eixo estruturante.

Desde que passou a ser alvo do feminismo, no final do século XX, o reducionismo biológico continua a criar assimetrias nas relações de poder e distribuição espacial dos sexos. Assim, por desencadear diferentes níveis de exclusão na estratificação social, romper com o secular processo de desvalorização da mulher significa transversalizar o princípio da igualdade, nas diversas formas de organização trabalhista, familiar, da vida privada e pública.

Mais do que nunca,

A inculcação de possíveis virtudes femininas na sociedade, como passividade, submissão, doçura e fragilidade, leva criação de uma incompatibilidade entre a feminilidade e a produtividade. O discurso criado o da superposição das obrigações domésticas e maternais sobre qualquer atividade profissional das mulheres. (NASCIMENTO, 2014, p. 44).

Essa condição sociocultural ratifica a manutenção de uma série de restrições impostas às mulheres para o seu livre exercício de direitos basilares. Apesar de a Carta Magna de 1988 incorporar o princípio da igualdade material, nota-se um panorama de retrocessos na permanência de construções sociais a secundarizar a mulher, suas funções laborais e sua integridade moral.

Figura 4: Adversidades do papel feminino na “Indústria da Sulanca” de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Arnaldo Vitorino/acervo pessoal (s.d.).

Nas práticas organizativas que refletem a realidade social de Santa Cruz do Capibaribe e em torno do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco, prevalece um alto grau de diversificação e especialização produtiva. Devido à existência de unidades produtivas, denominadas “facções”, há uma íntima relação com o ambiente doméstico e as relações de parentesco, que, em sua maioria, é alimentada pela cultura da informalidade.

E nesse processo de desemboca no funcionamento das micro e pequenas empresas familiares da região, é comum ocorrer,

mesmo dentro da facção, ou seja, ali onde predomina o trabalho feminino, a divisão sexual do trabalho se expressa através de barreiras tecnológicas. Nas facções [...] foi possível comprovar que homens operavam as máquinas tecnologicamente mais avançadas – que, portanto, exigem um conhecimento mais especializado, enquanto que as mulheres operavam máquinas de costura antigas (LINDOSO, 2011).

Somado a isso, no âmago da incidência dessa cadeia produtiva de confecções, a precariedade das garantias legais têm ocasionado extensas jornadas de trabalho, falta de representação sindical, isolamento das costureiras no espaço doméstico, baixos salários estipulados por peças, impactos previsíveis sobre a saúde (HIRATA, 1998).

Na trilha da feminização do mercado de trabalho, é recorrente o sentimento de que o Poder Público e as entidades representativas dos direitos trabalhistas empenhem esforços para uma política capaz de garantir ganhos sociais às costureiras desse território (CARVALHO e SILVA, 2015). Em meio a esses aspectos fulcrais de um regime familiar e domiciliar que rege grande parte das atividades do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, impõe-se um delicado modelo econômico.

5 Conclusão

Por trazer à tona reflexões sobre as facetas da equidade de gênero na esfera têxtil/vestuário, constituída, sobretudo, pelo trabalho das mulheres na confecção. Pela demanda intensiva dessa mão-de-obra, a atividade econômica do Arranjo Produtivo Local do Agreste de Pernambuco é estimulada pela presença feminina, enquanto mola propulsora de um vertiginoso campo econômico.

As condições retratadas necessitam ser pauta das políticas públicas de gênero, frente aos ditames da modernização e intensificação da desigualdade no trabalho. No percurso de valorização de seus atores sociais, esse estudo cultiva uma análise apurada sobre o afrouxamento das relações protetivas trabalhistas para as mulheres. Sob a égide de uma presença maciça do contingente feminino como sustentáculo de negócios empreendedores, que “[...] florescem como peça central do processo produtivo” (HARVEY, 1992, p. 144), batem à porta os desafios de um sistema reprodutivo segregado e inconstante, com empresas subcontratadas de costura (facções) agregadas ao impulso de um raciocínio de mercado acumulativo de capital, desfavorável ao teor de igualdade de gênero.

Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: PEREIRA DE MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil. **CEPAL.Série Mujer y Desarrollo**, n. 66. Jun/2005. p. 43-76.

BEZERRA, Bruno. **Caminhos do Desenvolvimento: Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. 1. ed. São Paulo: EI-Edições Inteligentes, 2004.

BEZERRA, Elaine Maurício. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. 2011. 150f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011.

BOM ÂNGELO, Eduardo. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio de; SILVA, Sandra Roberta Alves. **Diálogo Social: mulheres costurando direitos**. Santa Cruz do Capibaribe: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2015.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DUARTE, Renato Santos; FUSCO, Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 337-347, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a10v21n53.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRZYBOVSKI, Denize; BOSCARIN, Roberta; MIGOTT, Ana Maria Bellani. Estilo feminino de gestão em empresas familiares gaúchas. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 6, n. 2, maio/ago. 2002.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n. 7, 1998, p.5 -27.

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LIMA, Jacob. C. A globalização da Precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRO, Vera, L; PADILHA, Valquíria. (Orgs.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia, Edufu, 2009.

LINDÔSO, Raquel Oliveira. **A inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho nordestino: uma análise sobre o município de Toritama-PE.** Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 2011.

MELO, Maria Tereza de Ávila. **A divisão sexual do trabalho na produção da sulanca em Santa Cruz do Capibaribe-PE.** Campina Grande: Universidade Estadual de Campina Grande, 2009.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mercado de trabalho.** Brasília, ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014. p. 44.

OCDE. **Políticas de mercado de trabajo en los 90.** Madrid: Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1991. (Informes OCDE).

PÉREZ, C. **Revoluciones tecnológicas, cambios de paradigmas y de marco socioinstitucional.** Science Policy Research Unit, Universidad de Sussex, 2005.

SANTOS, F.A. S; CARNEIRO, R.M; AUGUSTO, G.S. O Pólo de Confecções no Agreste de Pernambuco. In: AUGUSTO, L.G.S. (Org). **Saúde do Trabalhador e Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano Local: ensaios em Pernambuco.** Editora Universitária da UFPE, Recife, 2009.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos (Orgs.). **RS negro** [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.